



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO



dlic.deppen@policiapenal.pr.gov.br



(41) 3294-2990



Rua Maria Petroski, 3312 - Bacacheri
CEP 82.600-730 - Curitiba - PR



DISPENSA ELETRÔNICA

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA

75/2026

CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Segurança Pública

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA:	PERÍODO DE PROPOSTAS
75/2026	De 11/06/2026 às 16h00 Até 17/06/2026 às 08h00
TIPO: MENOR PREÇO	PERÍODO DE LANCES
UASG: 453079 – SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	De 17/06/2026 às 08h00 Até 17/06/2026 às 14h00
EXCLUSIVO PARA ME/EPP	
Protocolo n.º 23.700.920-7	Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital.

1 OBJETO

1.1 Aquisição de equipamentos para emissão de documentos de identificação de pessoas privadas de liberdade, egressos e familiares, para atender a demanda do Departamento de Polícia Penal do Estado do Paraná - Divisão de Reintegração Social, conforme especificações da planilha abaixo:

LOTE ÚNICO					
ITEM	CÓDIGO GMS	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MÁXIMO
1	7003 - 113485	WEBCAM	4	R\$ 153,97	R\$ 615,88
2	7003- 113757	ESCÂNER DE DOCUMENTOS	4	R\$ 1.578,28	R\$ 6.313,12
3	7003 - 20583	ESCÂNER BIOMÉTRICO (COLETA DE BIOMETRIA – EMISSÃO DO DOC.)	4	R\$ R\$ 3.580,00	R\$ 14.320,00

POLÍCIA PENAL DO PARANÁ



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO



dlic.deppen@policiapenal.pr.gov.br

(41) 3294-2990

Rua Maria Petroski, 3312 - Bacacheri
CEP 82.600-730 - Curitiba - PR



4	7003- 113758	ESCÂNER BIOMÉTRICO (CONFE- RÊNCIA DE BIOMETRIA - ENTREGA DE DOC.)	4	R\$ 587,50	R\$ 2.350,00
5	7003- 113723	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL	4	R\$ 2.709,53	R\$ 10.838,12
6	7003 – 61049	NOTEBOOK C/ MOCHILA	4	R\$ 4.415,83	R\$ 17.663,32
VALOR TOTAL					R\$ 52.100,44

2. VALOR TOTAL MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO:

O preço máximo do **lote único** para a presente dispensa eletrônica é de **R\$ R\$ 52.100,44 (cinquenta e dois mil e cem reais e quarenta e quatro centavos)**. O critério de julgamento adotado será o **menor preço**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

3 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Gestão/Unidade: 3968;

Fonte de Recursos: 778.000.258;

Programa de Trabalho: 06.422.30.8385;

Convênio não identificado: 4.490.52

4 SISTEMA DA DISPENSA ELETRÔNICA:

A Dispensa Eletrônica será realizada através do sistema eletrônico de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras). O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o: www.gov.br/compras.

O Aviso de Dispensa e o Termo de Dispensa estão disponíveis na *internet*, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas <https://pncp.gov.br/> e www.comprasparana.pr.gov.br.

5. ANEXOS:

- Anexo I - Termo de Referência;
- Anexo II - Documentação exigida para Habilitação;
- Anexo III - Minuta de Contrato de Fornecimento;
- Anexo IV - Termo De Vistoria;
- Anexo V.01 - Modelo de Declaração;
- Anexo V.02 - Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP;

POLÍCIA PENAL DO PARANÁ



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO



dlic.deppen@policiapenal.pr.gov.br

(41) 3294-2990

Rua Maria Petroski, 3312 - Bacacheri
CEP 82.600-730 - Curitiba - PR



Anexo VI - Modelo de Declaração LGPD.

Sumário

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA	04
2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA	05
3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIA	06
4. FASE DE LANCES	08
5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO	09
6. HABILITAÇÃO	11
7. CONTRATAÇÃO	12
8. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	13
9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	14

POLÍCIA PENAL DO PARANÁ



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO



dlic.deppen@policiapenal.pr.gov.br



(41) 3294-2990



Rua Maria Petroski, 3312 - Bacacheri
CEP 82.600-730 - Curitiba - PR



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA – SESP

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 75/2026

(Protocolo n.º 23.700.920-7)

Torna-se público que o Departamento de Polícia Penal do Estado do Paraná, por intermédio da Divisão de Compras, realizará a Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento MENOR PREÇO, na hipótese do art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e nos termos do art. 160 do Decreto Estadual nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022 e na Resolução SEAP n.º 603, de 3 de março de 2023 e demais legislação aplicável.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1 Aquisição de equipamentos para emissão de documentos de identificação de pessoas privadas de liberdade, egressos e familiares, para atender a demanda do Departamento de Polícia Penal do Estado do Paraná - Divisão de Reintegração Social, conforme especificações da planilha abaixo:

LOTE ÚNICO					
ITEM	CÓDIGO GMS	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MÁXIMO
1	7003 - 113485	WEBCAM	4	R\$ 153,97	R\$ 615,88
2	7003- 113757	ESCÂNER DE DOCUMENTOS	4	R\$ 1.578,28	R\$ 6.313,12
3	7003 - 20583	ESCÂNER BIOMÉTRICO (COLETA DE BIOMETRIA – EMISSÃO DO DOC.)	4	R\$ 3.580,00	R\$ 14.320,00
4	7003- 113758	ESCÂNER BIOMÉTRICO (CONFERÊNCIA DE BIOMETRIA - ENTREGA DE DOC.)	4	R\$ 587,50	R\$ 2.350,00
5	7003- 113723	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL	4	R\$ 2.709,53	R\$ 10.838,12

POLÍCIA PENAL DO PARANÁ



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO



dlic.deppen@policiapenal.pr.gov.br

(41) 3294-2990

Rua Maria Petroski, 3312 - Bacacheri
CEP 82.600-730 - Curitiba - PR



6	7003 – 61049	NOTEBOOK C/ MOCHILA	4	R\$ 4.415,83	R\$ 17.663,32
VALOR TOTAL					R\$ 52.100,44

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

2.1 A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante *Sistema de Dispensa Eletrônica integrante* do Sistema de Compras do Governo Federal – Sistema Compras.gov.br, disponível no endereço eletrônico www.gov.br/compras;

2.1.1 Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização;

2.1.2 O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados;

2.2 Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1 Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3 Que se enquadrem nas seguintes vedações:

2.2.3.1 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.2.3.1.1 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.2.3.3 Pessoas física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.2.3.3.1 Aplica-se o disposto 2.2.3.3 também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.3.4 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira,

POLÍCIA PENAL DO PARANÁ



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO



dlic.deppen@policiapenal.pr.gov.br

(41) 3294-2990

Rua Maria Petroski, 3312 - Bacacheri
CEP 82.600-730 - Curitiba - PR



trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.2.3.5 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

2.2.3.6 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.2.4 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

2.2.5 Sociedades cooperativas.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1 O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item;

3.2 O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento;

3.2.1 A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas;

3.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada;

3.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços ou no fornecimento dos bens;

3.4.1 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos

POLÍCIA PENAL DO PARANÁ



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO



dlic.deppen@policiapenal.pr.gov.br

(41) 3294-2990

Rua Maria Petroski, 3312 - Bacacheri
CEP 82.600-730 - Curitiba - PR



últimos doze meses;

3.6 Nos termos do Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ, quando se tratar de operação interna, os licitantes beneficiados com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS;

3.6.1 Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 3.3, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa;

3.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

3.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição;

3.9. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

3.10 No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.10.1 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.10.2 Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

3.10.3 Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.10.4 Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.10.5 Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/1991;

3.10.6 Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.11 Fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso);

POLÍCIA PENAL DO PARANÁ



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO



dlic.deppen@policiapenal.pr.gov.br

(41) 3294-2990

Rua Maria Petroski, 3312 - Bacacheri
CEP 82.600-730 - Curitiba - PR



3.11.1 Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso;

3.11.1.1 Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

3.11.2 O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema;

3.11.3 O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso;

3.12 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o Aviso de Dispensa Eletrônica por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do procedimento de dispensa, em campo específico no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura da dispensa eletrônica.

4. FASE DE LANCES

4.1 A partir das 08h da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso;

4.2 Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro;

4.2.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item;

4.3 O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema;

4.3.1 O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta;

4.3.2 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é R\$ 0,10 (dez

POLÍCIA PENAL DO PARANÁ



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO



dlic.deppen@policiapenal.pr.gov.br

(41) 3294-2990

Rua Maria Petroski, 3312 - Bacacheri
CEP 82.600-730 - Curitiba - PR



centavos de Real) do valor unitário;

4.4 Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema;

4.5 Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial;

4.6 Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor;

4.7 Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação;

4.7.1 O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação;

5.2 No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas;

5.2.1 Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração;

5.2.2 A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

5.2.3 Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.3 Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance;

5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação;

5.5 Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.5.1 Contiver vícios insanáveis;

5.5.2 Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.5.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a

POLÍCIA PENAL DO PARANÁ



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO



dlic.deppen@policiapenal.pr.gov.br



(41) 3294-2990



Rua Maria Petroski, 3312 - Bacacheri
CEP 82.600-730 - Curitiba - PR



contratação;

5.5.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.5.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável;

5.6 Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.6.1 For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;

5.6.2 Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes;

5.7 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta;

5.8 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço;

5.8.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.8.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime;

5.9 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto;

5.10 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação;

5.11 Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade;

POLÍCIA PENAL DO PARANÁ



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO



dlic.deppen@policiapenal.pr.gov.br

(41) 3294-2990

Rua Maria Petroski, 3312 - Bacacheri
CEP 82.600-730 - Curitiba - PR



5.12 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

6.1 Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do ANEXO II – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances;

6.2 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.2.1 Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná - CAUFPR;

6.2.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

6.2.3 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

6.2.4 Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

6.3 Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens 6.2.2, 6.2.3, e 6.2.4, pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>);

6.4 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

6.4.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

6.4.1.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

6.4.1.2 O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação;

6.5 Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação;

6.6 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná - CAUFPR, nos documentos por

POLÍCIA PENAL DO PARANÁ



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO



dlic.deppen@policiapenal.pr.gov.br

(41) 3294-2990

Rua Maria Petroski, 3312 - Bacacheri
CEP 82.600-730 - Curitiba - PR



ele abrangidos;

6.6.1 É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná - CAUFPR para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada;

6.6.2 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s);

6.7 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação;

6.8. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital;

6.9 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício;

6.10 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade;

6.11 Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta;

6.12 Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação;

6.13 Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado;

6.14 Encerradas a etapa de julgamento e de habilitação, o processo será encaminhado à autoridade superior para adjudicação do objeto e homologação do procedimento, observado, no que couber, o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. CONTRATAÇÃO

7.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de

POLÍCIA PENAL DO PARANÁ



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO



dlic.deppen@policiapenal.pr.gov.br

(41) 3294-2990

Rua Maria Petroski, 3312 - Bacacheri
CEP 82.600-730 - Curitiba - PR



Contrato ou emitido instrumento equivalente;

7.2 O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta;

7.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento;

7.2.2 O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

7.3 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica reconhecimento de que:

7.3.1 Referida Nota de Empenho ou instrumento equivalente está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei n.º 14.133, de 2021;

7.3.2 A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.3.3 A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei n.º 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei;

7.4 O prazo de vigência da contratação é 03 (três) meses, prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta;

7.4.1 O prazo de vigência da contratação e a sua eventual possibilidade de contratação estão previstas nos anexos a este Aviso de Contratação Direta;

7.5 Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante toda a vigência do contrato.

8. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 O fornecedor e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que

POLÍCIA PENAL DO PARANÁ



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO



dlic.deppen@policiapenal.pr.gov.br

(41) 3294-2990

Rua Maria Petroski, 3312 - Bacacheri
CEP 82.600-730 - Curitiba - PR



prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal, bem como da eventual anulação da nota de empenho de despesa ou da rescisão do instrumento contratual;

8.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

8.3 A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, afasta a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública;

8.4 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções;

8.5 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade – PAAR;

8.6 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa;

8.7 O processamento do PAAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Estadual resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público;

8.8 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, no Decreto nº 10.086, de 2022, e subsidiariamente na Lei nº 20.656, de 2021.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 O procedimento será divulgado no [compras.gov](http://compras.gov.br) e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná - CAUFPR, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender;

9.2 No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.2.1 Republicar o presente aviso com uma nova data;

9.2.2 Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao

POLÍCIA PENAL DO PARANÁ



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO



dlic.deppen@policiapenal.pr.gov.br

(41) 3294-2990

Rua Maria Petroski, 3312 - Bacacheri
CEP 82.600-730 - Curitiba - PR



procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas;

9.2.2.1 No caso do subitem 9.2.2, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento;

9.2.3 Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso;

9.3 As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto);

9.4 Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação;

9.5 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão;

9.6 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário;

9.7 Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento;

9.8 No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação;

9.9 As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;

9.10 Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação;

9.11 Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso;

9.12 Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico;

9.13 Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

POLÍCIA PENAL DO PARANÁ



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO



dlic.deppen@policiapenal.pr.gov.br

(41) 3294-2990

Rua Maria Petroski, 3312 - Bacacheri
CEP 82.600-730 - Curitiba - PR



- ANEXO I - Termo de Referência;
- ANEXO II - Documentação exigida para Habilitação;
- ANEXO III - Minuta de Termo de Contrato (ou anexo à Nota de Empenho);
- ANEXO IV - Termo De Vistoria;
- ANEXO V.01 - Modelo de Declaração;
- ANEXO V.02 - Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP;
- ANEXO VI - Declaração LGPD.

Curitiba, datado e assinado eletronicamente.

Heverton Gil Santos Gonçalves Schupel
Agente de Contratação – Portaria Deppen/Gab nº 051/2025

POLÍCIA PENAL DO PARANÁ



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO



dlic.deppen@policiapenal.pr.gov.br

(41) 3294-2990

Rua Maria Petroski, 3312 - Bacacheri
CEP 82.600-730 - Curitiba - PR



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA (DISPENSA ELETRÔNICA Nº75/2026)

AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE CONCRETO

PROTOCOLO: 23.700.920-7

1 OBJETO

Aquisição de equipamentos para emissão de documentos de identificação de pessoas privadas de liberdade, egressos e familiares, para atender a demanda do Departamento de Polícia Penal do Estado do Paraná - Divisão de Reintegração Social, conforme especificações da planilha abaixo:

LOTE ÚNICO					
ITEM	CÓDIGO GMS	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MÁXIMO
1	7003 - 113485	WEBCAM	4	R\$ 153,97	R\$ 615,88
2	7003- 113757	ESCÂNER DE DOCUMENTOS	4	R\$ 1.578,28	R\$ 6.313,12
3	7003 - 20583	ESCÂNER BIOMÉTRICO (COLETA DE BIOMETRIA – EMISSION DO DOC.)	4	R\$ 3.580,00	R\$ 14.320,00
4	7003- 113758	ESCÂNER BIOMÉTRICO (CONFERÊNCIA DE BIOMETRIA - ENTREGA DE DOC.)	4	R\$ 587,50	R\$ 2.350,00
5	7003- 113723	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL	4	R\$ 2.709,53	R\$ 10.838,12
6	7003 – 61049	NOTEBOOK C/ MOCHILA	4	R\$ 4.415,83	R\$ 17.663,32
VALOR TOTAL					R\$ 52.100,44

1.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.2.1 WEBCAM

POLÍCIA PENAL DO PARANÁ



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO



dlic.deppen@policiapenal.pr.gov.br

(41) 3294-2990

Rua Maria Petroski, 3312 - Bacacheri
CEP 82.600-730 - Curitiba - PR



1.2.1.1 Características Mínimas Obrigatórias

1.2.1.1.1 Câmera

1.2.1.1.1.1 Resolução real do sensor de captura de vídeo de no mínimo 1080p (até 1920 x 1080 pixels);

1.2.1.1.1.2 Gravação de vídeo em Full HD (até 1920 x 1080 pixels);

1.2.1.1.1.3 Taxa de quadros mínimos de 30 fps;

1.2.1.1.1.4 Compactação de vídeo H.264;

1.2.1.1.1.5 Correção automática para pouca luz;

1.2.1.1.1.6 Lente com foco automático;

1.2.1.1.1.7 Zoom digital por software;

1.2.1.1.1.8 Microfone embutido;

1.2.1.1.1.9 Base para fixação em monitores e tripé;

1.2.1.1.2 Compatibilidade

1.2.1.1.2.1 Com o sistema operacional Microsoft Windows 11 Professional de 32/64 bits;

1.2.1.1.2.2 Compatibilidade com DirectX 9 ou superior.

1.2.1.1.3 Interface

1.2.1.1.3.1 USB 2.0 com detecção automática (Plug & Play), com o respectivo cabo.

1.2.1.1.4 Manuais, drives e acessórios

1.2.1.1.4.1 Fornecer manuais para instalação e configuração, mídias e acessórios de todos os componentes adquiridos;

1.2.1.1.4.2 Possuir drive compatível com os sistemas operacionais Microsoft Windows 11 Profissional de 32/64 bits.

1.2.2 ESCÂNER DE DOCUMENTOS

1.2.2.1 Captador de Imagens

1.2.2.1.1 Tipo: Vidro de exposição (flatbed);

1.2.2.1.2 Conexão: USB 2.0;

1.2.2.1.3 Resolução óptica: 4.800 x 4.800 dpi (não interpolada);

1.2.2.1.4 Profundidade de cor: 48 bits (na saída para a estação);

1.2.2.1.5 Capacidade de digitalização de documentos A4 sem necessidade de dobrar;

1.2.2.1.6 Compatível com drivers TWAIN e WIA;

1.2.2.1.7 Capaz de digitalizar fotografias.

1.2.2.2 Software de Digitalização

1.2.2.2.1 Com as seguintes funcionalidades

1.2.2.2.1.1 OCR com reconhecimento do idioma Português do Brasil;

POLÍCIA PENAL DO PARANÁ



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO



dlic.deppen@policiapenal.pr.gov.br

(41) 3294-2990

Rua Maria Petroski, 3312 - Bacacheri
CEP 82.600-730 - Curitiba - PR



1.2.2.2.1.2 Geração de arquivos ilimitados nos formatos PDF, TIFF e JPEG;

1.2.2.2.1.3 Correção de ângulo/inclinação;

1.2.2.2.1.4 Rotação automática baseada no conteúdo do documento;

1.2.2.2.1.5 Conversão de imagens/texto em tons de cinza para preto e branco;

1.2.2.2.1.6 Detecção e exclusão de páginas em branco;

1.2.2.2.1.7 Importação de imagens TIFF, JPEG e PDF para o documento;

1.2.2.2.1.8 Inserção, exclusão e reorganização de imagens no documento;

1.2.2.2.1.9 Seleção de páginas para exportação;

1.2.2.2.1.10 Rotação ortogonal de 90°, 180° e 270°.

1.2.2.3 Compatibilidade

1.2.2.3.1 Compatível com Microsoft Windows 7, 8.1 Professional e 10.

1.2.2.4 Manuais, Drivers e Acessórios

1.2.2.4.1 Inclusão de manuais de instalação e configuração, mídias e todos os acessórios dos componentes adquiridos;

1.2.2.4.2 Inclusão de cabos e softwares instalados, configurados e ativados;

1.2.2.4.3 Suporte técnico para instalação e operação.

1.2.3 ESCÂNER BIOMÉTRICO (PARA COLETA DE BIOMETRIA PARA EMISSÃO DO DOC.)

1.2.3.1 Funcionalidade do Equipamento

1.2.3.1.1 Captura de imagem da impressão digital ao vivo no modo rolado;

1.2.3.1.2 Tecnologia óptica com prisma de vidro ou eletroluminescente;

1.2.3.1.3 Captura de impressões digitais por rolagem de cada dedo, com software incluso;

1.2.3.1.4 Sem pré-processamento que degrade a imagem ou omita níveis de cinza capturados;

1.2.3.1.5 Resolução mínima (não interpolada): 500 DPI;

1.2.3.1.6 Tamanho mínimo da imagem: 750 x 800 pixels;

1.2.3.1.7 Escala de cinza: 256 níveis (8 bits);

1.2.3.1.8 Frame rate mínimo: 15 fps.

1.2.3.2 Características Construtivas

1.2.3.2.1 Interface USB 2.0;

1.2.3.2.2 Dimensões mínimas do prisma de vidro: 1.6" x 1.5" (40,6 mm x 38,1 mm);

1.2.3.2.3 Certificações: FCC, CE, PIV-FBI;

1.2.3.2.4 Conformidade com o Apêndice F das especificações BioSpecs do FBI.

1.2.3.3 Conectividade e Cabo

1.2.3.3.1 Interface USB 2.0;

1.2.3.3.2 Cabo de conexão de alta durabilidade com comprimento mínimo de 1,5 metro.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO



dlic.deppen@policiapenal.pr.gov.br

(41) 3294-2990

Rua Maria Petroski, 3312 - Bacacheri
CEP 82.600-730 - Curitiba - PR



1.2.3.4 Compatibilidade

1.2.3.4.1 Driver compatível com MS Windows 8.1 Professional e 10 (64 bits).

1.2.3.5 Homologação

1.2.3.5.1 A homologação será realizada em estação com um dos sistemas operacionais acima.

1.2.3.6 Manuais, Drivers e Acessórios

1.2.3.6.1 Inclusão de manuais de instalação e configuração, mídias e acessórios;

1.2.3.6.2 Inclusão de APIs e documentação para integração com softwares próprios;

1.2.3.6.3 Inclusão de SDK (Software Development Kit) com acesso direto às funções do dispositivo;

1.2.3.7 Observação

1.2.3.7.1 Equipamento destinado à solicitação e/ou emissão da Carteira de Identidade.

1.2.4 ESCÂNER BIOMÉTRICO (PARA ENTREGA DO DOCUMENTO PRONTO)

1.2.4.1 Características Mínimas Obrigatórias

1.2.4.1.1 Funcionalidade do Equipamento

1.2.4.1.1.1 Tipo óptico que permita a captura da impressão digital no modo pousado;

1.2.4.1.1.2 Sensor de presença de impressão digital (Auto-On);

1.2.4.1.1.3 Realizar funções de Extract e Match de minúcias de digitais;

1.2.4.1.1.4 As imagens de impressões digitais deverão ter resolução mínima de 500 DPI;

1.2.4.1.1.5 Níveis de escala de cinza: (8 bits gray level);

1.2.4.1.1.6 Tamanho da imagem mínimo: 248 x 292 pixels;

1.2.4.1.1.7 Deve atender os padrões internacionais : FCC e CE;

1.2.4.1.2 Características Construtivas

1.2.4.1.2.1 Leitor ótico com janela do prisma do scanner tendo área de coleta mínima de 16 mm X 18mm;

1.2.4.1.3 Conectividade e Cabo

1.2.4.1.3.1 Interfaces USB com detecção automática (Plug & Play) compatível com o padrão 2.0 ou superior;

1.2.4.1.3.2 O cabo do equipamento deverá dispor de cabo de conexão ao microcomputador, de alta durabilidade e comprimento mínimo de 1,5m.

1.2.4.1.4 Compatibilidade

1.2.4.1.4.1 Com o sistema operacional MS Windows 11 pro de 32/64 bits ou superior e Linux kernel 2.6 ou superior de 32/64 bits;

1.2.4.1.5 Manuais, drives e acessórios

1.2.4.1.5.1 Fornecer manuais para instalação e configuração, drivers e acessórios de todos os componentes adquiridos;



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO



dlic.deppen@policiapenal.pr.gov.br

(41) 3294-2990

Rua Maria Petroski, 3312 - Bacacheri
CEP 82.600-730 - Curitiba - PR



1.2.4.1.5.2 Fornecer SDK de desenvolvimento de extração e confronto nos padrões:

1.2.4.1.5.2.1 Suporte a compressão de imagem: WSQ;

1.2.4.1.5.2.2 ISO/IEC 19794-2 2005, gratuito, compatível com C e C++;

1.2.4.1.5.2.3 ANSI/INCITS 378-2004;

1.2.4.1.5.2.4 Qualidade da imagem: NIST NFIQ.

1.2.5 IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL

1.2.5.1 Impressora Monocromática

1.2.5.1.1 Tecnologia de Impressão

1.2.5.1.1.1 Tipo: Laser, LED ou Cera;

1.2.5.1.2 Especificações da Impressora

1.2.5.1.2.1 Resolução: 1.200 x 1.200 dpi;

1.2.5.1.2.2 Velocidade: 50 ppm em papel A4 ou Carta;

1.2.5.1.2.3 Tempo da primeira página: máx. 8 segundos;

1.2.5.1.2.4 Tamanhos de papel: A4 (210 x 297 mm) e Carta (216 x 279 mm);

1.2.5.1.2.5 Impressão duplex automática (sem intervenção do usuário);

1.2.5.1.3 Gramatura suportada

1.2.5.1.3.1 Gavetas: 65 a 100 g/m²;

1.2.5.1.3.2 Multiuso: 65 a 160 g/m²;

1.2.5.1.4 Capacidade de entrada

1.2.5.1.4.1 Gaveta multiuso: 100 folhas;

1.2.5.1.4.2 Gaveta principal: 500 folhas;

1.2.5.1.5 Demais especificações

1.2.5.1.5.1 Ciclo mensal: 80.000 páginas;

1.2.5.1.5.2 Linguagens de impressão: PCL6 e PS3 (nativas ou emuladas);

1.2.5.1.5.3 Compatível com toner de alta capacidade (mín. 15.000 páginas segundo NBR/ISSO 19752);

1.2.5.1.5.4 Toner original de fábrica incluso (conforme manual do usuário);

1.2.5.2 Módulo de Gerenciamento

1.2.5.2.1 Tela LCD;

1.2.5.2.2 Memória RAM: mín. 512 MB;

1.2.5.2.3 Interface Web (HTTP);

1.2.5.2.4 Suporte SNMP v1 e v2.

1.2.5.3 Conectividade de Rede

1.2.5.3.1 Ethernet 10/100/1000 Base-T/TX;

POLÍCIA PENAL DO PARANÁ



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO



dlic.deppen@policiapenal.pr.gov.br

(41) 3294-2990

Rua Maria Petroski, 3312 - Bacacheri
CEP 82.600-730 - Curitiba - PR



1.2.5.3.2 Auto-negociação (velocidade e modo half/full duplex);

1.2.5.3.3 Conector RJ-45.

1.2.5.4 Compatibilidade

1.2.5.4.1 Suporte a filas de impressão em sistemas Microsoft Windows e Linux.

1.2.5.5 Manuais, Drivers e Acessórios

1.2.5.5.1 Inclusos manuais de instalação e configuração, mídias e acessórios;

1.2.5.5.2 Inclusos cabos, software instalados, configurados e ativados;

1.2.5.5.3 Suporte técnico para instalação e ativação.

1.2.6 NOTEBOOK com Sistema Operacional Windows

1.2.6.1 Características Técnicas

1.2.6.1.1 Placa-mãe (motherboard)

1.2.6.1.1.1 Registro de nº de patrimônio em memória não volátil, com proteção contra regravação;

1.2.6.1.1.2 Controle de acesso por senha: uma para inicialização, outra para BIOS;

1.2.6.1.1.3 Suporte a SSD via M.2 PCIe;

1.2.6.1.2 Portas e Conectividade

1.2.6.1.2.1 Mínimo 3 portas USB, sendo:

1.2.6.1.2.1.1 1x USB 3.2 Tipo A energizada (carregamento de celular);

1.2.6.1.2.1.2 1x USB 3.2 Tipo C (carregamento, dados, vídeo, dock);

1.2.6.1.2.2 Se carregamento via USB-C, deve ter 2 portas USB-C;

1.2.6.1.3 Áudio

1.2.6.1.3.1 Áudio com saída estéreo, entrada de microfone ou combo, com redução de ruído;

1.2.6.1.4 Vídeo

1.2.6.1.4.1 Saída de vídeo digital integrada para monitor/projetor externo;

1.2.6.1.5 Conectividade sem fio

1.2.6.1.5.1 Wireless integrado, Bluetooth 5.0 ou superior.

1.2.6.2 Memória RAM DDR4 ou superior com expansão até 32GB

1.2.6.2.1 Se soldada: 1 slot livre;

1.2.6.2.2 Se por slot: mínimo 2 slots;

1.2.6.3 Segurança

1.2.6.3.1 TPM 2.0, chip dedicado, integrado à placa-mãe.

1.2.6.4 Chipset

1.2.6.4.1 Chipset do mesmo fabricante do processador, compatível com sua velocidade.

1.2.6.5 BIOS

1.2.6.5.1 BIOS UEFI 2.6 ou superior, com:

POLÍCIA PENAL DO PARANÁ